

Sociedade



QUESTÃO DE SAÚDE

EUA têm taxa recorde de suicídios

Nos últimos 20 anos, índice cresceu 33% entre os americanos. oglobo.com.br/sociedade

MEIO AMBIENTE

TERRAS INDÍGENAS EM QUESTÃO

Presidente eleito compara índios em reservas a animais em zoológicos

CLEIDE CARVALHO, TIAGO AGUIAR E DIMÍTRIOS DANTAS
sociedade@oglobo.com.br
S16FWX0

O presidente eleito Jair Bolsonaro afirmou ontem, em Cachoeira Paulista, no Vale do Paraíba paulista, que manter índios em reservas demarcadas é tratá-los como animais em zoológicos. A declaração, feita depois que ele participou da formatura de sargentos da Escola de Especialistas da Aeronáutica, em Guaratinguetá, repetiu outras de teor semelhante feitas pelo político durante a campanha eleitoral. Lideranças ouvidas pelo GLOBO afirmam que a retórica ajudou a aumentar a tensão e o clima de insegurança já presentes nas comunidades indígenas.

Bolsonaro deu a declaração sobre os indígenas quando comentava sobre a pressão externa que o Brasil teria sofrido nos últimos anos para aumentar o número de reservas. O tema foi abordado após questionamento de um jornalista sobre as metas estabelecidas pelo Acordo de Paris, tratado internacional que tem como objetivo reduzir a emissão de gases do efeito estufa. O presidente eleito afirmou não ter interesse em "maltratar os índios".

— Sempre notei uma pressão externa no tocante, por exemplo, a cada vez mais de marcar terras para índio, de marcar terra para reservas ambientais. Na Bolívia tem um índio que é presidente. Por que no Brasil devemos mantê-los reclusos em reservas como se fossem animais em zoológicos? O índio é um ser humano igual a nós.

Segundo Bolsonaro, uma das diretrizes da Organização das Nações Unidas (ONU) prevê que reservas como a dos índios ianomami poderiam virar países independentes.

— Não pode usar a situação do índio para demarcar essa enormidade de terras que poderão ser novos países no futuro.

Segundo André Villas-Bôas, secretário executivo do Instituto Socioambiental (ISA), não há possibilidade de a ONU transformar as reservas em países: — Os índios não são sociedades que reivindicam a noção de Estado-nação. Nem se colocam dentro da ONU. Emergem-se como brasileiros que querem manter seu estilo de vida tradicional.

Ameaças contra os indígenas têm crescido nos últimos anos. De acordo com o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), órgão vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), os assassinatos de indígenas subiram de 56 em 2016 para 68 em 2017, mas o número pode estar subestimado. A Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), órgão vinculado ao Ministério da Saúde, com dados ainda prévios, diz que foram 110 casos no ano passado.

No início de novembro, delegados da Comissão Interamericana dos Direitos Humanos (CIDH), em visita oficial ao país, divulgaram um relatório preliminar em que afirmavam ter sofrido intimidação na aldeia Açaiçal, no Território Mundurukú do Planalto, em Santarém (PA). Produtores de soja da região tentaram impedir o encontro e expulsar a comitiva. Em caminhonetes, eles teriam insistido em entrar na aldeia e proferido discursos racistas e violentos contra o grupo. A comitiva da CIDH, que tinha proteção policial, realizou seu trabalho.

O relatório destaca que o Brasil mantém um problema estrutural de desigualdade e discriminações profundas, racial e social, e denuncia a situação da Comunidade Guaraní Kaiowá, no Mato Grosso do Sul, "que sobrevive em um ambiente marcado por violência por parte de milícias armadas". Gita ainda o impacto da construção da usina de Belo Monte na comunidade indígena Murutu em Paquiçamba, no Pará. No sertão de Pernambuco, um posto de saúde e uma escola arderam em chamas na Terra Indígena Pankararu na madrugada de 29 de outubro. Os índios estão fazendo uma vaquinha na internet para a reconstrução dos prédios, que atende cerca de 80 famílias da Aldeia Bem Querer de Baixo. Os índios dizem que foram várias as ameaças de destruição feitas por posseiros que há

quase três décadas ocupavam parte da área que, por determinação da Justiça, começaram a ser retirados em setembro passado.

— Quando a gente viu, já estava tudo queimado. Eles nos ameaçaram várias vezes, até em redes sociais. Eles estão saindo por ordem judicial, mas seguem dizendo que vão voltar — diz Sarapó Pankararu, da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste (Apoimne).

A relação é tensa desde março de 2017, quando a Justiça Federal deu a primeira ordem de retirada de cerca de 200 famílias de invasores que, de acordo com as autoridades, ocupavam 20% dos 8,1 mil hectares do território. O Incra reservou uma área com mais que o dobro da terra indígena para reassentar os posseiros e a Funai já depositou em juízo R\$ 6 milhões em indenização para famílias afetadas.

O Ministério Público Federal (MPF) em Serra Talhada (PE) determinou abertura de inquérito, que está sendo conduzido pela Polícia Federal, e rondas policiais diárias são feitas no local.

— É como se tivesse sido aberta a temporada de caça aos indígenas — acredita Renato Santana, do CIMI.

A TI Pankararu foi homologada em 1987 mas, ainda assim, o clima entre os índios é de apreensão. As declarações de Bolsonaro de que não demarcaria mais nenhuma área indígena, e sua defesa da flexibilização do porte de armas, vistas como uma ameaça às terras indígenas pelo potencial de armar ainda mais invasores e exploradores de recursos naturais, geram expectativa e tensão.

BALEADOS NAS COSTAS

Nos primeiros 15 dias de novembro, dois índios foram baleados pelas costas. No Norte do Tocantins, Raimundo Nonato Conceição dos Anjos, 34 anos, foi baleado dentro da aldeia povoadada Varedão, quando saía com a mulher e o filho. O disparo veio de dentro do mato. Ele não resistiu e morreu. O caso está sendo investigado pela polícia local. O escritório da Fundação Nacional do Índio (Funai) informa que acompanha a investigação. Em Guairá, no Paraná, o indígena Ava-Guarani Doncil do Aqueiro, de 21 anos, ficou paraplégico. A única coisa que ele consegue lembrar an-



"São como nós". Bolsonaro em evento ontem no interior de São Paulo, onde comentou sobre terras indígenas



Tradição. Índios Pankararu, em Pernambuco: etnia teve sua terra homologada em 1987, mas clima é de apreensão

tes de ser alvejado é de um carro, na cor prata. Ele foi baleado logo após sair de uma reunião da Coordenação Técnica Regional da Funai, que discutia processos de licenciamento de duas linhas de transmissão elétrica que passam pelo município. O caso está sendo investigado, mas, de acordo com a Funai, não há informações sobre suspeitos.

Em Mato Grosso do Sul, os indígenas se queixam de intimidação. De acordo com eles, logo após o resultado do segundo turno das eleições caminhonetes passaram em carreta no limite da terra dos Caarapó, num buzinaço. Com medo, os indígenas pediram a presença da Funai. No município de Miranda (MS), uma caminhonete parou no limite da área dos índios terena e uma pessoa disparou vários tiros em direção à aldeia assim que saiu o resultado das urnas. Há dois anos também uma caminhonete atirou contra a aldeia e feriu um indígena. O atirador, no entanto, nunca foi identificado.

Na reserva de Dourados (MS), onde mais de 16 mil indígenas vivem numa pequena área na periferia da cidade, um espaço ocupado pelos indígenas ao lado da aldeia Bororó, chamada Avate'e, registrou quatro ataques entre outubro e novembro. Na maior parte das vezes, grupos em caminhonetes dispararam balas de bóracha e de gude para dentro da aldeia, mas os índios dizem que também houve tiros com munição letal. No primeiro dos ataques, em 7 de outubro, 20 barracos foram destruídos e incendiados. Duas caminhonetes usadas pe-

los atacantes chegaram a bater e o paraquique de uma delas caiu. Os indígenas recolheram os objetos e os entregaram ao Ministério Público Federal, que investiga os autores dos ataques.

De acordo com relato dos indígenas ao Conselho Indigenista Missionário, desde outubro, além dos tiros com balas de bóracha, a estrada que liga a aldeia à cidade tem sido fechada. No dia 7 de novembro, os indígenas não teriam conseguido participar de encontro com uma representante da delegação da Comissão Interamericana, que ocorreria no município de Caarapó, justamente porque a estrada havia sido bloqueada. O Ministério Público do Mato Grosso do Sul informou que está investigando as denúncias.